



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

VOTO DE SAUDAÇÃO

Quando, em maio de 2017, o Parlamento Europeu decidiu celebrar o Património Cultural da Europa no ano seguinte, o seu objetivo era que todos nós, como europeus, tomássemos plena consciência da diversidade e da riqueza da nossa herança europeia. Mais de 50 anos volvidos sobre a fundação da Comunidade Europeia, só no presente ano de 2018 é que a área da cultura patrimonial alcançou este destaque, o que é particularmente significativo das alterações profundas que, presentemente, ocorrem na Europa.

Este reforço da cultura patrimonial na política europeia tem as suas raízes mais próximas na fundação da União Europeia, em 1992. Com efeito, na hierarquia redatorial do Preâmbulo do Tratado de Maastricht, depois dos signatários terem referido que desejavam “assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das Comunidades Europeias”, ressaltam que este processo é inspirado no “património cultural, religioso e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito”. Neste contexto, apesar das principais coordenadas da Europa Comunitária parecerem ser económico-financeiras, a verdade é que estas são alimentadas por um entendimento cultural do que é a Europa e o que esta deseja ser.

Mas nesta amálgama geográfica onde habitam mais de 740 milhões de europeus, qual o papel dos Açores e dos seus cerca de 246 mil açorianos? Mais uma vez, torna-se necessário recuar até 1992. Com efeito, o Tratado de Funcionamento sobre a União Europeia, depois de listar os objetos de sua exclusiva competência (política monetária, política comercial, recursos biológicos do mar, política comum das pescas) e de competência partilhada (mercado



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

interno, política social, da coesão económica, social e territorial, agricultura e pescas, ambiente, defesa dos consumidores, transportes, energia, segurança e justiça), refere que a “União contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional, e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum” (cf. Art. 167º do TFUE). Assim, o eixo do Património Cultural enquadra-se nas competências em que a União Europeia apenas apoia, incentiva e coordena (a par da saúde humana, indústria, turismo, da educação, da formação profissional, juventude, desporto ou proteção civil).

Percebe-se, deste modo, a responsabilidade que todos nós, açorianos, temos em conhecer, proteger e difundir o Património Cultural regional: a sua literatura, a arte, os objetos, os ofícios tradicionais, a música, o teatro, o cinema, a gastronomia, os ambientes e o espírito dos lugares... Estes são os nossos cartões de identidade, aquilo que nos distingue e nos confunde com esta grande família europeia.

Por tudo isto, neste Parlamento Regional, devemos todos associarmo-nos ao repto lançado pela Comissão Europeia, quando afirma que o “contributo do Património Cultural para o crescimento económico e a coesão social na Europa é pouco conhecido”. Assim, nós, açorianos, devemos articular economia, sociedade e património cultural. Esta trindade, ainda que não santa, é o que nos pode consciencializar dos atuais desafios que interagem com a nossa herança patrimonial com mais de quinhentos anos, perante a globalização, o uso crescente das tecnologias digitais, as crises de valores, as alterações climáticas e o crescimento do turismo no arquipélago.

Este é um desafio que não se esgota em 2018, nem na atual discussão sobre o horizonte europeu que irá decorrer entre 2021 e 2027. O posicionamento cultural da Europa tem, obrigatoriamente, que ser enquadrado num horizonte muito mais vasto e os Açores estão e terão, no futuro imediato e mais



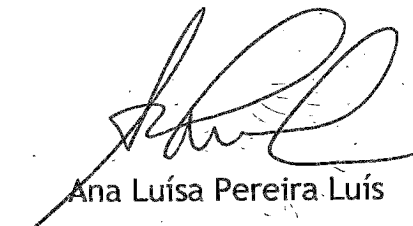
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Gabinete da Presidência

longínquo, de se associar a esta efeméride de 2018 e promovê-la num futuro que garanta uma sustentabilidade geracional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um Voto de Saudação, reconhecendo o amplo significado que implica a celebração do Ano Europeu do Património Cultural.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 15 de maio de 2018.

A Presidente da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores



Ana Luísa Pereira Luís